

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À
Diretoria e Quotistas da
Guarupart Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante:		185.370	128.227	4.402.502	4.086.210
Caixa e equivalentes de caixa	10	29	22	377.148	674.631
Investimento de curto prazo	11	-	-	1.553.503	1.405.506
Títulos e valores mobiliários	12	-	-	971	767
Contas a receber de clientes	13	-	-	391.698	415.353
Estoques		-	-	8.245	7.856
Impostos a recuperar	14a	1.423	1.425	100.225	142.585
Adiantamentos a fornecedores		-	-	171.482	79.744
Despesas antecipadas		-	-	8.251	5.828
Dividendos a receber - Partes relacionadas	15	183.545	126.411	75	75
Ativo contratual da concessão	17	-	-	1.701.139	1.290.362
Outros ativos		373	369	89.765	63.503
Não circulante:		3.661.045	3.110.806	21.644.201	18.649.957
Títulos e valores mobiliários	12	57.302	57.302	177.997	160.154
Alienações de investimentos	16	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	13	-	-	24.533	20.903
Impostos a recuperar	14a	-	-	28.356	6.827
Tributos e contribuições sociais diferido	14b	-	-	20.207	6.688
Partes relacionadas	15	192.280	25.126	192.280	25.126
Ativo contratual da concessão	17	-	-	15.902.984	13.310.348
Cauções e depósitos judiciais		12.013	12.014	27.491	27.347
Outras contas a receber		3.220	3.220	67.500	26.764
Investimentos	18	3.336.172	2.953.038	150.993	135.538
Imobilizado	19	2.682	2.730	4.712.920	4.674.886
Intangível	20	156	156	281.720	198.156
Ativo total		3.846.415	3.239.033	26.046.703	22.736.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante:		271.054	204.544	2.535.064	2.368.286
Empréstimos e financiamentos	21	5.219	81.240	639.633	445.038
Debêntures	22	-	-	316.779	459.821
Fornecedores		1.926	1.800	200.313	386.927
Salários, férias e encargos sociais		-	-	44.866	57.783
Tributos e contribuições sociais corrente e diferido	23a	2.412	1.142	231.832	192.656
Adiantamentos de clientes		12	-	2.456	1.456
Passivo de arrendamento		-	-	9.706	7.392
Dividendos a pagar		260.477	119.380	645.344	502.444
Provisões de constituição dos ativos	24	-	-	324.502	180.958
Provisão para compensações ambientais	25	-	-	7.475	13.720
Encargos regulatórios	26	-	-	58.156	80.195
Provisão para contingências	27	-	-	-	2.712
Outras obrigações		1.008	982	54.002	37.184
Não Circulante		114.007	19.769	13.384.661	11.361.444
Empréstimos e financiamentos	21	88.729	-	1.841.908	2.155.652
Debêntures	22	-	-	7.343.384	5.996.185
Passivo de arrendamento		-	-	38.707	28.300
Provisão para contingências	27	6.531	1.003	12.683	16.753
Adiantamento de clientes		-	-	12.645	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	36.941	292
Tributos e contribuições sociais diferido	23b	39	58	3.806.139	2.908.968
Encargos regulatórios	26	-	-	191.960	172.744
Partes relacionadas	10	18.708	18.708	18.708	18.708
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	17.094	9.227
Provisão para compensações ambientais	25	-	-	23.116	19.213
Outras contas a pagar		-	-	41.376	35.402
Participação de acionistas não controladores		-	-	6.665.624	5.991.717
Patrimônio líquido:		3.461.354	3.014.720	3.461.354	3.014.720
Capital social realizado	28	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	28	58.797	27.946	58.797	27.946
Reserva de lucros	28	2.928.271	2.504.958	2.928.271	2.504.958
Ajustes Acumulados de conversão		35.683	43.213	35.683	43.213
Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores		3.461.354	3.014.720	10.126.978	9.006.437
Passivo total		3.846.415	3.239.033	26.046.703	22.736.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta:					
Transmissão e geração de energia		-	-	5.005.563	6.099.190
Venda de Energia		-	-	797.636	645.875
Receita operacional bruta:	30	-	-	5.803.199	6.745.065
Deduções da receita bruta	30	-	-	(568.991)	(604.320)
Receita operacional líquida	30	-	-	5.234.208	6.140.745
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados		-	-	(141.887)	(184.446)
Energia comprada para revenda		-	-	(146.165)	(141.772)
Custo de infraestrutura		-	-	(977.078)	(2.245.509)
Depreciação / Amortização		-	-	(134.496)	(127.828)
		-	-	(1.399.626)	(2.699.555)
Lucro bruto		-	-	3.834.582	3.441.190
Despesas (receitas) operacionais:					
Administrativas e gerais		(6.133)	(2.714)	(103.506)	(91.097)
Depreciação /amortização		(48)	(79)	(5.115)	(7.435)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(31.454)	(25.155)
Resultado da equivalência patrimonial	18	571.866	483.807	5.255	(9.224)
Outras receitas		32.930	15	118.834	7.832
Outras despesas		(34.132)	-	(45.967)	(335)
		564.483	481.029	(61.953)	(125.414)
Lucro antes do resultado financeiro		564.483	481.029	3.772.629	3.315.776
Despesas financeiras	29	(6.293)	(3.777)	(1.029.661)	(516.830)
Receitas financeiras	29	6.199	267	114.022	51.581
		(94)	(3.510)	(915.639)	(465.249)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		564.389	477.519	2.856.990	2.850.527
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(500.838)	(104.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(240.813)	(697.189)
Lucro líquido do exercício		564.389	477.519	2.115.339	2.049.217
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		564.389	477.519	564.389	477.519
Acionistas não controladores		-	-	1.550.950	1.571.698
		564.389	477.519	2.115.339	2.049.217
Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		1,18	1,00		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
EBTIDA - LAJIDA		564.531	481.108	3.912.240	3.451.039

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	476.726	(38.123)	95.345	2.006.645	25.345	-	19.113	2.585.051	-	4.971.197	7.556.248
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					2.601			2.601			2.601
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	24.100	24.100			24.100
Outros Ajustes						21		21			21
Dividendos não aprovados em assembleia				44.810		-		44.810		-	44.810
Variação na participação dos acionistas não controladores										1.020.520	1.020.520
Lucro líquido do exercício						477.519		477.519		-	477.519
Dividendos propostos						(119.380)		(119.380)			(119.380)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				358.158		(358.158)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	476.726	(38.123)	95.345	2.409.613	27.946	2	43.213	3.014.722	-	5.991.717	9.006.439
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					30.851			30.851			30.851
Ajuste de conversão de moeda estrangeira						-	(7.530)	(7.530)			(7.530)
Outros Ajustes						19		19			19
Variação na participação dos acionistas não controladores										673.907	673.907
Lucro líquido do exercício						564.389		564.389		-	564.389
Dividendos propostos						(141.097)		(141.097)			(141.097)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				423.313		(423.313)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	476.726	(38.123)	95.345	2.832.926	58.797	(0)	35.683	3.461.354	-	6.665.624	10.126.978

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	564.389	477.519	2.115.339	2.049.217
Ajustes no lucro para:				
Resultado de não controladores	-	-	(1.550.950)	(1.571.698)
Resultado da equivalência patrimonial	(571.866)	(483.807)	(5.255)	9.224
Depreciação e amortização	48	79	139.611	135.263
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	548	2.922
Valor residual das baixas de investimentos	28.508	-	-	95
Valor residual das baixas do intangível	-	-	3.254	18.295
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	5.545	3.707	1.187.300	815.883
Receitas financeiras	(6.199)	(262)	(73.805)	(51.212)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(500.838)	(104.121)
Imposto diferido	-	-	(240.813)	(697.189)
Ajuste participação de minoritário	-	-	673.907	1.020.520
	20.425	(2.764)	1.748.298	1.627.199
(Aumento) redução de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	20.025	(77.470)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(3.003.413)	(4.641.556)
Estoques	-	-	(389)	2.589
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	(13.519)	320
Tributos e compensar	2	841	20.831	(6.222)
Adiantamentos a fornecedores	-	4	(91.738)	(50.139)
Investimento de curto prazo	-	-	(80.391)	1.511.521
Títulos e valores mobiliários	-	-	(18.047)	1.344
Outras contas a receber	(4)	17	(66.998)	3.336
Cauções e depósitos judiciais	1	32	(144)	(336)
Partes relacionadas	(160.955)	(24.643)	(160.955)	(24.643)
Dividendos	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	(2.423)	3.452
	(160.956)	(23.749)	(3.397.161)	(3.277.804)
Aumento (redução) de Passivos				
Fornecedores	126	(11)	(186.614)	(16.254)
Salários, férias e encargos sociais	-	-	(12.917)	17.805
Contribuições e impostos a recolher	1.270	54	540.014	147.383
Imposto de renda diferido	2	(1)	1.138.005	1.759.054
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	18.591	12.975
Provisões de constituição dos ativos	-	-	143.544	100.687
Adiantamento de clientes	12	-	13.645	(10.289)
Outras provisões	5.528	-	(6.412)	13.167
Dividendos a pagar	-	(66.742)	1.803	35.560
Outras contas a pagar	26	(2)	6.533	(8.834)
	6.964	(66.702)	1.656.192	2.051.254
CAIXA (APLICADO NAS) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(133.567)	(93.215)	7.329	400.649
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	-	-	(10.200)	-
Imobilizado	-	-	(211.881)	(216.345)
Intangível	-	-	(91.339)	(37.338)
Dividendos recebidos	126.411	103.837	-	-
	126.411	103.837	(313.420)	(253.683)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos tomados	90.000	-	1.561.894	773.803
Amortizações e pgts de empréstimos	(82.837)	(10.632)	(1.602.656)	(1.271.285)
Passivo de arrendamento	-	-	12.721	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	36.649	(89)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-
	7.163	(10.632)	8.608	(497.571)
(REDUÇÃO)AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7	(10)	(297.483)	(350.605)
DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO)AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo no início do exercício	22	32	674.631	1.025.236
Saldo no final do exercício	29	22	377.148	674.631
	7	(10)	(297.483)	(350.605)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

2. Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia e suas controladas tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da controlada da Alupar e suas investidas apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia e suas controladas.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de março de 2022.

4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

5. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas 8.2 e 17) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 19) e Intangível (nota explicativa nº 20) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para compensações ambientais (nota explicativa nº 25); Provisão para desmobilização de ativos; Provisão para constituição dos ativos (nota explicativa nº 24) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 27) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 26 - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 23a) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 30) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior

6.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada "Alupar".

6.2 Conversão de saldos de entidade no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício. A Companhia registra em outros resultados abrangentes variações cambiais resultantes da referida conversão de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento.

7. Base de Consolidação

7.1 Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Participação 31/12/2021 (%)		Participação 31/12/2020 (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas diretas					
Alupar Investimento S.A	Holding	50,92	-	51,35	-
Controladas indiretas					
ACE	Comercializadora	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	100,00	-	100,00	-
Agua Limpa	Geração	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	36,96	-	36,96	-
EAP I	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP II	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP III (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP IV (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP V (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VI (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EAP VII (x)	Geração	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	-	100,00	-	100,00
ELTE	Transmissão	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	100,00	-	69,83	-
GET	Geração	51,00	-	51,00	-
Ijuí	Geração	86,66	-	86,66	-
La Virgen (viii)	Geração	3,67	86,07	3,67	86,07
Lavrinhas	Geração	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	68,83	-	68,83	-
UFV Pitombeira S.A	Geração	99,99	-	99,99	-
Risaralda (vii)	Geração	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	51,00	-	51,00	-
TCC	Transmissão	65,70	-	51,00	-
TCE (vii)	Transmissão	-	99,99	-	99,99
TME	Transmissão	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Transirapé (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holding	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii) (v)	Transmissão	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	51,00	-	51,00	-
Verde 8	Geração	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holding	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:					
TNE (*)	Transmissão	51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) Controladas diretamente pela Transminas. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Controladas constituídas em 16 de setembro de 2020. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

7.2 Combinação de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

8. Sumário das práticas contábeis

8.1. Instrumentos financeiros

8.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

8.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1

8.2. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,3,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida no resultado do exercício.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

8.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

8.4 Imobilizado

8.4.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 19 tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

8.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente pela taxa de desconto que reflete ao valor justo da obrigação. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas as parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº. 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (GSF – Generation Scaling Factor) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE’s, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem que reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

8.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

8.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

8.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

8.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

8.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

8.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

8.8. Benefícios a empregados

8.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

8.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado "Lucro da Exploração", aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

8.10. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

8.10.1. Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

8.10.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

8.10.3. Receita de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

8.10.4. Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está é reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

8.10.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

8.10.6. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

8.11. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

8.12. Resultado por ação

A Controlada efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia controlada atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

8.13. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

8.14. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

8.15. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Encargos regulatórios" e "Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos", respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

8.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Conseqüentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

8.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

8.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

8.19. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

9. Novas normas e interpretações.

9.1 Em vigor desde 1º de janeiro de 2021

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16); e
- Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações no CPC 40(R1) e CPC 48).

9.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8).

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos - Depósitos a vista			20	15	35.228	44.529
Certificados de depósitos bancários	98,13%	96,85%	-	-	181.706	411.479
Fundos de investimentos	95,08%	94,17%	-	-	153.912	147.069
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	9	7	6.302	71.554
			<u>29</u>	<u>22</u>	<u>377.148</u>	<u>674.631</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

11. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Operações comprometidas	713.903	230.118
Títulos públicos do Governo Brasileiro	703.311	1.073.830
Títulos Privados	136.350	101.860
Outros	(61)	(302)
	<u>1.553.503</u>	<u>1.405.506</u>

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 62,83% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (88,57% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

12. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	97,50%	98,00%	971	767
			<u>971</u>	<u>767</u>
<u>Não circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	97,50%	98,00%	120.695	102.852
Debêntures (Principal)	100% cdi + Spread	100% cdi + Spread 4,10%aa	57.302	57.302
			<u>177.997</u>	<u>160.154</u>
Total			<u>178.968</u>	<u>160.921</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

13. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	288.639	212.069
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	127.592	224.187
	10.712	10.712	426.943	446.968
(-) Perdas de crédito esperadas	(10.712)	(10.712)	(10.712)	(10.712)
	-	-	416.231	436.256
Circulante	-	-	391.698	415.353
Não circulante	-	-	24.533	20.903
	-	-	416.231	436.256

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma perda de crédito esperada foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber para o segmento de geração. Para o segmento de transmissão de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

14. Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas, efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar				
IRRF	-	-	10.301	11.873
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	1.974	1.969
IRPJ/CSLL	-	-	54.773	69.660
PIS	-	-	1.055	1.742
COFINS	-	-	2.203	6.432
INSS	1.301	1.301	1.846	1.732
Saldo Negativo - IRPJ	120	124	120	124
ICMS	-	-	51	26
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	27.779	48.933
Outros	2	-	123	94
Total circulante	1.423	1.425	100.225	142.585
Imposto de Renda Retido na fonte			3.489	3.187
PIS			453	548
COFINS	-	-	3.186	2.132
Imposto sobre Valor Agregado - IVA			21.227	-
Outros	-	-	1	960
Total não circulante	-	-	28.356	6.827
Total	1.423	1.425	128.581	149.412

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ Diferido	-	-	16.708	4.243
CSLL Diferido	-	-	3.499	2.445
Total	-	-	20.207	6.688

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2021 e 31 dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativo circulante</u>	183.545	126.411	75	75
<u>Dividendos a receber</u>	183.545	126.411	75	75
Alupar Investimentos S.A	126.411	126.411	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	75	75
<u>Ativo não-circulante</u>	192.280	25.126	192.280	25.126
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	22	19	22	19
Licht Energia S.A	22	19	22	18
<u>Operações de mútuos</u>	192.258	25.107	192.258	25.107
Cime Administração e Participações S.A	192.258	25.107	192.258	25.107

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Passivo não-circulante</u>	18.708	18.708	18.708	18.708
<u>Operações de mútuos</u>	18.708	18.708	18.708	18.708
Ebac	5.646	5.646	5.646	5.646
Cavan Premoldado S.A.	5.549	5.549	5.549	5.549
614 TVC Interior S/A	7.513	7.513	7.513	7.513

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

16. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um 1º aditivo contratual, e em 29/04/2019 o 2º Aditivo onde o foi concedido uma nova carência de 18 meses a com o pagamento em 36 parcelas. Um 3º aditivo foi assinado uma nova carência de 18 meses a partir de 29/10/2020.

17. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	14.600.710	9.959.154
Receita de operação e manutenção	431.639	591.201
Remuneração do ativo de concessão	3.541.001	2.266.275
Receita de infraestrutura	1.032.923	3.241.714
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica	60.311	-
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(11.436)	-
Realização do ativo contratual de concessão	(2.051.025)	(1.457.634)
Saldo final	17.604.123	14.600.710
Circulante	1.701.139	1.290.362
Não circulante	15.902.984	13.310.348
Saldo final	17.604.123	14.600.710

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de ganho bruto de R\$60.311 e perda bruta de R\$11.436, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" e "Outras despesas" no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$52.923 de ganho e R\$10.035 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETVG, ETEM e TME, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.882 de 22 de junho de 2021.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

18. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empresas coligadas e controladas	3.336.121	2.952.987	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	143.189	127.734
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.731	7.731
Total	3.336.172	2.953.038	150.993	135.538

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	879.111.269		
Total de ações/quotas da controladora	447.671.551		
% de participação	50,92%		
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021	6.551.237		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro líquido do exercício	1.115.401		
	1.115.401		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.952.965	22	2.952.987
Dividendos	(183.545)	-	(183.545)
Baixa por alienação	(28.508)	-	(28.508)
Resultado de equivalência patrimonial	571.866	-	571.866
Ganho/Perda na conversão de balanço	(7.530)	-	(7.530)
Agio/Deságio em participações	30.851		30.851
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.336.099	22	3.336.121

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

19. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média anual de depreciação	Saldo em	Adições	Baixas	Transferencias	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	Saldo em
		31/12/2020						31/12/2021
Custo								
Terrenos		2.674	-	-	-	-	-	2.674
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	-	1.965
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	-	895
Total custo		5.534	-	-	-	-	-	5.534
Depreciação								
Edificações	5%	(1.909)	(48)	-	-	-	-	(1.957)
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	-	(895)
Total Depreciação		(2.804)	(48)	-	-	-	-	(2.852)
Total		2.730	(48)	-	-	-	-	2.682

Imobilizado de Geração e Transmissão		Saldo em	Adições	Baixas	Transf.	Ganho e perda na conversão de balanços	Outros	Saldo em
		31/12/2020						31/12/2021
Em serviço								
Custo								
Terrenos		89.031	312	-	-	(476)	-	88.867
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.584.523	3.580	-	11.435	-	-	1.599.538
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		560.635	13	(43)	706.424	(11.473)	-	1.255.556
Máquinas e Equipamentos		1.889.759	4.481	(11)	240.766	(4.588)	(471)	2.129.936
Veículos		3.000	201	(865)	-	(118)	-	2.218
Móveis e Utensílios		7.771	414	(135)	1.744	(245)	-	9.549
Direito de uso sobre arrendamentos		38.858	7.078	(18)	-	(104)	10.436	56.250
Total custo		4.173.577	16.079	(1.072)	960.369	(17.004)	9.965	5.141.914
Depreciação								
Terrenos		-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,04%	(242.442)	(36.932)	-	-	-	-	(279.374)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,19%	(85.732)	(19.980)	-	-	255	-	(105.457)
Máquinas e Equipamentos	3,10%	(369.540)	(69.756)	165	-	891	-	(438.240)
Veículos	11,74%	(1.691)	(215)	354	-	41	-	(1.511)
Móveis e Utensílios	11,07%	(3.679)	(1.455)	63	-	107	-	(4.964)
Direito de uso sobre arrendamentos		(9.401)	(7.670)	7	-	26	-	(17.038)
Total Depreciação		(712.485)	(136.008)	589	-	1.320	-	(846.584)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço		3.461.092	(119.929)	(483)	960.369	(15.684)	9.965	4.295.330
Em curso		1.211.064	255.886	(65)	(960.369)	(90.415)	(1.193)	414.908
Total da movimentação de geração e transmissão		4.672.156	135.957	(548)	-	(106.099)	8.772	4.710.238
Total do imobilizado consolidado		4.674.886	135.909	(548)	-	(106.099)	8.772	4.712.920

Imobilizado em curso

a) Imobilizado em curso

O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas TCE (R\$284.163), EAPs (R\$87.397), Foz (R\$4.344), EDVs (R\$11.803) e Água Limpa (R\$12.149), Ijuí (R\$4.270) e Ferreira Gomes (R\$3.410).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

b) Capitalização de encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$15.492 (R\$23.892 31 de dezembro de 2020). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo.

20. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências para Investimentos	Ganho e perda na conversão de balanço	31/12/2021
Custos						
Outros intangíveis de concessão	80.149	14.415	(582)	-	(5.957)	88.025
Uso do bem público	16.608	877	-	-	-	17.485
Direito de exploração	88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga	-	83.544	-	-	-	83.544
Outros intangíveis	272	-	-	-	-	272
	185.101	98.836	(582)	-	(5.957)	277.398
Amortizações						
Outros intangíveis de concessão	(11.892)	(740)	-	-	167	(12.465)
Uso do bem público	(4.885)	(515)	-	-	-	(5.400)
Intangível gerado na aquisição de ações	(19.849)	(2.099)	-	-	-	(21.948)
Direito de extensão da outorga	-	(1.167)	-	-	-	(1.167)
	(36.626)	(4.521)	-	-	167	(40.980)
Projeto em desenvolvimento	49.681	2.682	(2.672)	(4.389)	-	45.302
Total	198.156	96.997	(3.254)	(4.389)	(5.790)	281.720

a) Outros intangíveis de concessão

Refere-se basicamente a valores de servidão de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização.

Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	28.400	28.400
Energia dos Ventos I S.A. (**)	6.164	6.164
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos III S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3.933	3.933
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	2.420	2.420
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Eletrica(*)	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão (*)	9.766	9.766
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	2.767	2.767
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	4.391	4.391
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.752	1.752
Outros	246	246
	88.072	88.072
Amortização de Agio	(21.948)	(19.849)
	66.124	68.223

(*) Agio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transudeste e Transirapé por parte da Controlada EATE

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

(***) Ágio gerado na aquisição de ações por parte da Controlada ENTE

(****) A controlada La Virgem possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida

c) Direito de extensão das outorgas

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas

d) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

e) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

f) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

21. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2021				31/12/2020
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total
Moeda nacional - Reais												
Nota Promissória	Guarupart	Jun/21	Jun/24	90.000	CDI	2,20%	ANUAL	-	3.948	90.000	93.948	81.240
Total Controladora								-	3.948	90.000	93.948	81.240
Operacionais												
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	-	48	14.409	14.457	17.786
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	-	2	705	707	871
BNDES - A - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	-	-	-	-	25.755
BNDES (FINAME) - B - nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	-	-	-	-	12.965
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	-	495	150.657	151.152	167.293
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	-	196	59.629	59.825	66.212
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	-	22	6.728	6.750	7.472
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	(2.223)	26	7.705	5.508	46.999
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	-	4	1.782	1.786	1.981
BNDES - nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	-	-	-	-	109.401
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	-	309	85.304	85.613	100.471
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	-	99	31.800	31.899	41.456
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	-	14	4.319	4.333	5.630
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	-	94	29.871	29.965	39.668
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	-	20	6.541	6.561	8.689
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(58)	151	50.003	50.096	53.208
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV I	dez/19	out/32	11.145	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	26	15.211	15.237	14.940
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(37)	85	28.225	28.273	29.981
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	15	8.684	8.699	8.578
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(42)	130	43.144	43.232	45.836
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	19	10.755	10.774	10.631
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(51)	200	66.194	66.343	70.338
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	20	11.905	11.925	11.768
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV X	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	(49)	109	36.178	36.238	38.420
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68 +1,99	Mensal	-	23	13.340	13.363	13.186
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	-	8	4.963	4.971	7.358
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	-	142	3.297	3.439	3.877
BDMG - nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	-	6,00	Mensal	-	139	2.349	2.488	3.061
BDMG - nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	-	-	-	-	995
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	-	41	7.794	7.835	10.309
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	-	180	2.204	2.384	3.130
Santander - CCC	TME	mai/20	mai/22	200.000	CDI	3,30	Único no final	(186)	22.642	200.000	222.456	205.925
Santander - CCB	EPEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(492)	868	91.835	92.211	91.503
Santander - CCB	ECE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(453)	734	77.646	77.927	81.324
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(546)	964	102.039	102.457	101.671
Itaú Unibanco S.A.	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	-	842	10.000	10.842	10.119
Subtotal								(4.137)	28.667	1.185.216	1.209.746	1.468.807
Total Empréstimos Nacionais								(4.137)	32.615	1.275.216	1.303.694	1.550.047
Circulante								(1.213)	28.886	313.207	340.880	228.559
Não circulante								(2.924)	3.729	962.009	962.814	1.321.488
										1.303.694	1.550.047	
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(1.236)	879	137.342	136.985	164.872
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	jun/20	jul/20	COP 163.657	-	24,05	Mensal	-	-	181	181	177
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Risaralda	out/20	out/23	COP 121.000	-	4,37	Mensal	-	1	120	121	-
Itaú Corpbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	101.196	101.196	93.856
Itaú Corpbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/19	jan/20	USD 2.766	-	4,80	Anual	-	-	-	-	-
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	196.579	196.579	91.249
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	mar/19	mar/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	-	-	94.163
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 50.000	Libor (*)	Flutuante: até 5	Semestral	-	-	245.641	245.641	241.466
Banco Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70,	Semestral	-	-	150.024	150.024	144.771
Pré - Operacionais												
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	USD 11.000	-	3,40	Anual	-	233	60.171	60.404	57.728
Santander Brasil - Capital de trabalho	TCE	mai/18	abr/21	USD 30.000	Libor (*)	3,70	Anual	-	-	-	-	162.361
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/23	USD 7.000	-	3,40	Anual	-	1.248	38.291	39.539	-
Santander Luxemburgo	TCE	abr/21	abr/22	USD 45.000	-	2,75	Semestral	-	1.022	246.155	247.177	-
Total de Empréstimos em Moeda Estrangeira								(1.236)	3.383	1.175.700	1.177.847	1.050.643
Circulante								(355)	3.383	295.725	298.753	216.479
Não circulante								(881)	-	879.975	879.094	834.164
Total de Empréstimos e financiamentos								(5.373)	35.998	2.450.916	2.481.541	2.600.690
Circulante								(1.568)	32.269	608.932	639.633	445.038
Não circulante								(3.805)	3.729	1.841.984	1.841.908	2.155.652

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino.

(**) Indicador Bancário de Referência (IBR). A taxa do IBR é mensal

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2021 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$121.666 (R\$103.619 em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação de empréstimos e financiamentos:	Controladora		Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	81.240	88.166	1.468.807	1.212.192	1.050.643	811.665	2.600.690	2.112.023
Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	90.000	-	-	492.097	473.535	153.312	563.535	645.409
Provisão de encargos	5.545	3.708	95.945	86.232	57.329	56.452	158.819	146.392
Varição monetária e cambial	-	-	6.028	1.494	92.546	68.331	98.574	69.825
Ganho e perda na conversão	-	-	-	-	(61.530)	165.703	(61.530)	165.703
Amortização do principal	(80.000)	(10.000)	(284.024)	(274.919)	(201.198)	(133.135)	(565.222)	(418.054)
Amortização do encargos	(2.837)	(634)	(77.010)	(48.289)	(233.478)	(71.685)	(313.325)	(120.608)
Saldo final	93.948	81.240	1.209.746	1.468.807	1.177.847	1.050.643	2.481.541	2.600.690

A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador no longo prazo, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2021						
	Consolidado R\$						
	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Moeda estrangeira							
Dólar norte-americano	143.059	331.414	32.552	28.828	9.115	211.969	756.937
Pesos colombianos	17.269	19.866	85.902	-	-	-	123.037
(-) Custos a amortizar	(339)	(277)	(264)	-	-	-	(880)
	159.989	351.003	118.190	28.828	9.115	211.969	879.094
Moeda nacional							
CDI	46.308	165.625	123.001	25.511	-	-	360.445
TJLP	79.974	81.120	64.303	58.706	55.245	200.619	539.967
Taxa fixa	6.057	3.807	1.093	163	-	-	11.120
IPCA	5.553	5.553	5.553	5.553	5.553	26.601	54.366
(-) Custos a amortizar	(918)	(569)	(328)	(240)	(240)	(789)	(3.084)
	136.974	255.536	193.622	89.693	60.558	226.431	962.814
	296.963	606.539	311.812	118.521	69.673	438.400	1.841.908

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

- Notas Promissórias - Controladora

Em 17 de Junho de 2021, em reunião de quotistas registrada na Jucesp, foi aprovada a 4ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 22/06/2021.

Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

▪	Número da Emissão	4ª Quarta
▪	Valor total de emissão:	R\$ 90.000.000,00
▪	Características das Notas Promissórias	Emissão de 90(noventa) Notas Promissórias, sendo 5(cinco) da 1ª série, 5(cinco) da 2ª séries e 80 da 3ª série)
▪	Valor nominal unitário:	R\$ 5.000.000,00
▪	Data de emissão:	22/06/2021
▪	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 3ª Emissão e reforço de caixa da Emissora.
▪	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 2,20% (dois inteiro e vinte centessimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
▪	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em 22 de Junho de 2022 , a da 2ª série em 22 de Junho de 2023 e as notas promissórias da 3ª série terá o vencimento em 22 de Junho de 2024 .
▪	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 24.154.589 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e quatr.o mil e quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimento S.A. de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor Nominal das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a respectiva Data de Vencimento. e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos a partir da data de assinatura do Contrato de Garantia, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

22. Debêntures

As principais características e o saldo de debêntures são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Consolidado								Consolidado				
		Condições contratadas das debêntures								31/12/2021				31/12/2020
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Amortização		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Total	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos						
Operacionais														
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	-	-	-	-	165.475	
7ª Emissão	Alupar	dez/19	out/25	648.500	CDI	1,40	Único no final	Semestral	(1.274)	12.310	648.500	659.536	651.366	
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	(3.656)	269	76.689	73.302	69.239	
5ª Emissão - II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	-	-	-	-	54.055	
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(15)	17	11.454	11.456	26.660	
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(56)	43	27.818	27.805	46.227	
8ª Emissão	EATE	jul/19	jul/24	270.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(415)	8.429	270.000	278.014	272.013	
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(21)	35	23.276	23.290	54.217	
5ª Emissão	ECTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(134)	1.561	50.000	51.427	50.295	
4ª Emissão	ENTE	jul/19	jul/24	50.000	CDI	108,60	Único no final	Semestral	(141)	1.561	50.000	51.420	50.287	
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(34)	26	16.531	16.523	27.466	
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	(7.918)	922	308.046	301.050	290.418	
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(8)	11	7.297	7.300	16.990	
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(11)	16	10.800	10.805	25.150	
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	(10)	14	9.184	9.188	21.383	
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(70)	51	33.003	32.984	54.831	
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(73)	19	12.001	11.947	19.884	
2ª Emissão - I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral	(422)	965	41.300	41.843	40.887	
2ª Emissão - II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(1.818)	7.421	133.222	138.825	125.088	
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	(62)	18	11.401	11.357	18.904	
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral	(1.685)	4.603	169.089	172.007	155.177	
2ª Emissão - I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral	(311)	727	30.700	31.116	30.400	
2ª Emissão - II	EDTE	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral	(1.339)	5.519	99.074	103.254	93.042	
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral	(7.620)	62.744	315.000	370.124	333.300	
1ª Emissão	ETB	dez/18	fev/29	715.000	IPCA	5,34	Semestral	Semestral	(17.107)	157.180	715.000	855.073	770.373	
1ª Emissão	AETE	set/20	set/26	130.000	CDI	2,70	Semestral	Semestral	(1.123)	3.513	117.260	119.650	130.019	
9ª Emissão	EATE	abr/21	abr/26	200.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(544)	4.389	200.000	203.845	-	
5ª Emissão	ECTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(199)	1.096	50.000	50.897	-	
4ª Emissão	ETEP	abr/21	abr/26	50.000	CDI	100,00	Único no final	Semestral	(199)	1.097	50.000	50.898	-	
3ª Emissão	Transirapé	abr/21	abr/26	50.000	CDI	2,65	Semestral	Semestral	(192)	1.097	50.000	50.905	-	
2ª Emissão	EBTE	abr/21	abr/26	50.000	CDI	1,90	Semestral	Semestral	(198)	1.098	50.000	50.900	-	
1ª Emissão	Foz	out/21	set/28	600.000	CDI	1,70	Único no final	Semestral	(532)	12.514	600.000	611.982	-	
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(16.721)	150.738	680.000	814.017	733.293	
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral	(26.252)	237.192	1.070.000	1.280.940	1.153.925	
1ª Emissão	TSM	dez/19	dez/44	530.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(31.251)	3.546	664.608	636.903	546.649	
Pré - Operacionais														
1ª Emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000	IPCA	4,50	Semestral	Semestral	(23.597)	108.177	415.000	499.580	428.993	
TOTAL									(145.008)	788.918	7.016.253	7.660.163	6.456.006	
Circulante									(17.648)	163.469	170.958	316.779	459.821	
Não circulante									(127.360)	625.449	6.845.295	7.343.384	5.996.185	

A Administração da Companhia, suas controladas e de sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures.

Para as debêntures emitidas pelas Controladas, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices:

- Consolidado - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não Controladores).

Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debentures.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto.

As debêntures das suas controladas não são conversíveis em ações.

Movimentação de debêntures:	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	6.456.006	6.490.298
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	998.359	128.394
Provisão de encargos	835.354	523.901
Variação monetária	94.553	46.038
Amortização do principal	(410.032)	(433.377)
Amortização do encargos	(314.077)	(299.248)
Saldo final	7.660.163	6.456.006

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2021						
	Consolidado R\$						
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
CDI	116.434	706.600	488.550	444.485	175.000	300.000	2.231.069
IPCA	235.915	533.931	727.141	445.394	462.147	2.836.194	5.240.722
(-) Custos a amortizar	(18.196)	(16.892)	(15.835)	(14.304)	(12.970)	(50.210)	(128.407)
	334.153	1.223.639	1.199.856	875.575	624.177	3.085.984	7.343.384

23. Tributos e contribuições sociais corrente e diferido

a) Tributos e contribuições sociais correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>				
IRRF	965	959	1.774	1.312
Provisão para Imposto de Renda	-	-	24.826	22.594
Provisão para Contrib. Social	-	-	40.727	41.048
PIS	17	7	7.615	5.991
COFINS	119	43	33.378	28.511
ICMS	-	-	3.527	6.270
INSS	2	2	2.071	1.376
ISS	1	2	2.397	5.488
Pis e Cofins diferidos	-	-	113.468	78.598
Outros	1.308	129	2.049	1.468
	2.412	1.142	231.832	192.656

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

b) Tributos e Contribuições sociais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Não circulante</u>				
Cofins e Pis diferido	-	-	1.234.120	983.086
Imposto de renda diferido	29	43	1.811.585	1.349.100
Contribuição social diferido	10	15	760.434	576.782
	<u>39</u>	<u>58</u>	<u>3.806.139</u>	<u>2.908.968</u>

24. Provisões de constituição de ativos

As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Controladas</u>		
Verde 8 Energia S.A.	8.659	9.116
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	10.736	10.737
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3.674	3.675
Ijuí Energia S.A.	4.169	4.169
Windepar	2.558	4.907
Ferreira Gomes Energia S.A	2.730	3.225
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S..	4.119	4.967
ETES	794	3.210
TPE	39.168	84.037
TCC	48.020	-
ETB	37.327	44.052
TSM	162.895	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	16.747	18.090
	<u>341.596</u>	<u>190.185</u>
Circulante	324.502	180.958
Não circulante	17.094	9.227
	<u>341.596</u>	<u>190.185</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

25. Provisão para gastos ambientais:

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e também realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Controladas</u>		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	7.468	7.970
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	1.111	943
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	50	48
Verde 8	9.320	9.589
Ijuí Energia S.A.	683	706
Windepar	305	494
EBTE	11.521	12.476
Ferreira Gomes Energia S.A	55	488
TME	78	219
	<u>30.591</u>	<u>32.933</u>
Circulante	7.475	13.720
Não circulante	23.116	19.213
	<u>30.591</u>	<u>32.933</u>

26. Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	4.861	3.666
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	11.104	4.832
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	1.177	860
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	35.320	47.915
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.424	1.008
Ministério de minas e energia - MME	710	500
RGR e TFSEE diferido	195.520	194.158
	<u>250.116</u>	<u>252.939</u>
Total	250.116	252.939
Circulante	58.156	80.195
Não circulante	191.960	172.744
	<u>250.116</u>	<u>252.939</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

27. Provisões para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos judiciais				
Tributário	-	-	1.706	1.477
Cível	-	-	1.180	8.537
Trabalhista	6.531	1.003	9.797	9.451
Total	6.531	1.003	12.683	19.465
Circulante	-	-	-	2.712
Não circulante	6.531	1.003	12.683	16.753
	6.531	1.003	12.683	19.465

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 10.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 5.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais								
Tributário	1	202	1	202	50	46.305	51	60.262
Cível e Ambiental	0	-	0	-	56	304.800	42	187.401
Trabalhista	16	10.846	16	10.846	97	19.659	163	24.112
Regulatório	0	-	-	-	6	2	10	49
	17	11.048	17	11.048	209	370.766	266	271.824

28. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2021 o capital social é de R\$ 476.725.512,00 totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	1	0,00%
Total	476.725.512	100,00%

Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.
- Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

29. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	-	5	70.956	42.169
- Juros sobre contratos de mutuos	6.199	260	6.199	260
- Outras	-	2	36.867	9.152
Total	6.199	267	114.022	51.581
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	5.545	3.707	906.890	145.089
- Encargos s/debentures	-	-	-	245.907
- Ganho (perda) na variação cambial	-	-	96.231	59.015
- Juros sobre arrendamentos	-	-	11.298	5.142
- Outras	748	70	15.242	61.677
Total	6.293	3.777	1.029.661	516.830

30. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Bruta		
Receita de transmissão de energia	431.639	591.201
Suprimento de energia	797.636	645.875
Remuneração do ativo financeiro da concessão	3.541.001	2.266.275
Receita de infra-estrutura	1.032.923	3.241.714
Total - Receita operacional bruta	5.803.199	6.745.065
* Tributos sobre a receita operacional bruta		
Imposto sobre Serviços - IS	(434)	(387)
Pis	(41.003)	(22.237)
Cofins	(160.533)	(103.032)
Pis e Cofins Diferidos	(281.401)	(403.742)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(600)	(1.584)
	(483.971)	(530.982)
*Encargos regulatórios		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(31.934)	(30.433)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.747)	(6.584)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(8.747)	(6.525)
Ministério de minas e energia - MME	(4.374)	(3.264)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(9.816)	(7.639)
TFSSE e RGR Diferido	(21.402)	(18.893)
	(85.020)	(73.338)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(568.991)	(604.320)
Receita operacional líquida	5.234.208	6.140.745

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

31. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos

31.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

31.2. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	35.228	35.228	44.529	44.529	Custo amortizado	
Equivalentes de caixa	341.920	341.920	630.102	630.102	Valor justo por meio do resultado	2
Investimentos de curto prazo	1.553.503	1.553.503	1.405.506	1.405.506	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores mobiliários	178.968	178.968	160.921	160.921	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	416.231	416.231	436.256	436.256	Custo amortizado	
	<u>2.525.850</u>	<u>2.525.850</u>	<u>2.677.314</u>	<u>2.677.314</u>		
Passivos financeiros						
Fornecedores	200.313	200.313	386.927	386.927	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	2.481.541	2.481.541	2.600.690	2.600.690	Custo amortizado	
Debêntures	7.660.163	7.660.163	6.456.006	6.456.006	Custo amortizado	
Passivo de arrendamento	48.413	48.413	35.692	35.692	Custo amortizado	
	<u>10.390.430</u>	<u>10.390.430</u>	<u>9.479.315</u>	<u>9.479.315</u>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.

- Debêntures: O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

31.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 10.141.704, sendo que 9,43% desse valor (ou R\$ 956.412) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 38,90% de recursos próprios em contrapartida a 61,10% de capital de terceiros (39,61% de recursos próprios e 60,39% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 100,10% em 31 de dezembro de 2020 (100,56% em 31 de dezembro de 2019).

31.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

31.4.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

31.4.2. Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$ 2.241.058 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

31.4.3. Riscos de mercado

a) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

b) Risco de descontração

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontraçados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

31.4.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 11,61% do total da dívida consolidada (11,6% em 31 de dezembro de 2020).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

31.4.5. Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

31.4.6. Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

31.4.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

31.4.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	93.948	81.240	2.481.541	2.600.690
Circulante	5.219	81.240	639.633	445.038
Não circulante	88.729	-	1.841.908	2.155.652
Debêntures	-	-	7.660.163	6.456.006
Circulante	-	-	316.779	459.821
Não circulante	-	-	7.343.384	5.996.185
Dívida bruta	93.948	81.240	10.141.704	9.056.696
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29)	(22)	(377.148)	(674.631)
(-) Investimentos de curto prazo	-	-	(1.553.503)	(1.405.506)
(-) Títulos e valores mobiliários	(57.302)	(57.302)	(177.997)	(160.154)
Dívida líquida	36.617	23.916	8.033.056	6.816.405
Patrimônio líquido	3.465.500	3.014.720	10.131.124	9.006.437
Índice de endividamento líquido	0,01	0,01	0,79	0,76

32. Informações por Segmento

Os principais segmentos operacionais da Controlada Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
Receita operacional bruta	5.005.563	797.636	-	-	5.803.199
Receita de transmissão de energia	431.639	-	-	-	431.639
Receita de infraestrutura	1.032.923	-	-	-	1.032.923
Remuneração do ativo financeiro da concessão	3.541.001	-	-	-	3.541.001
Suprimento de energia	-	797.636	-	-	797.636
Deduções da receita operacional bruta	(503.004)	(65.987)	-	-	(568.991)
Receita operacional líquida	4.502.559	731.649	-	-	5.234.208
Custo do serviço					
Energia comprada para revenda	-	(146.165)	-	-	(146.165)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(34.599)	-	-	(34.599)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(9.139)	-	-	(9.139)
Custo dos serviços prestados	(132.847)	(9.040)	-	-	(141.887)
Custo de infraestrutura	(933.340)	-	-	-	(933.340)
Depreciação / Amortização	(4.905)	(129.457)	-	(134)	(134.496)
Lucro bruto	3.431.467	403.249	-	(134)	3.834.582
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(61.387)	(31.128)	(42.445)	-	(134.960)
Depreciação / Amortização	(2.322)	(1.125)	(1.668)	-	(5.115)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	5.255	-	5.255
Outras receitas	77.404	3.381	38.049	-	118.834
Outras despesas	(11.339)	-	(29.100)	-	(40.439)
	2.356	(28.872)	(29.909)	-	(56.425)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	3.433.823	374.377	(29.909)	(134)	3.778.157
Despesas e receitas financeiras					
Despesas financeiras	(717.778)	(232.575)	(123.938)	(410)	(1.074.701)
Encargos de dívidas	(647.407)	(160.038)	(82.279)	(405)	(890.129)
Variações cambiais	2.271	(57.835)	(40.667)	-	(96.231)
Outras	(72.642)	(14.702)	(992)	(5)	(88.341)
Receitas financeiras	31.141	37.828	89.309	784	159.062
Receitas de aplicações financeiras	18.376	22.699	35.689	391	77.155
Outras	12.765	15.129	53.620	393	81.907
	(686.637)	(194.747)	(34.629)	374	(915.639)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.747.186	179.630	(64.538)	240	2.862.518
IR e CSLL correntes	(81.323)	(27.918)	(544)	(966)	(110.751)
IR e CSLL diferidos	(606.032)	(28.381)	3.513	-	(630.900)
	(687.355)	(56.299)	2.969	(966)	(741.651)
Lucro líquido Consolidado	2.059.831	123.331	(61.569)	(726)	2.120.867
Participação de não controladores	(1.009.886)	7.702	(548.766)	-	(1.550.950)
Lucro líquido	1.049.945	131.033	(610.335)	(726)	569.917

33. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

34. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, oferecem planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

35. Eventos relevantes

Controlada Alupar Investimentos S.A.

- Alteração de controle – Eólica do Agreste Potiguar I e II (EAP I e EAP II)
Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar I, no montante de R\$52.366. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R\$22.344 e R\$22, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$30.000 serão integralizados em moeda corrente até 31 de dezembro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz"). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 57,29% de participação do capital social da EAP I e a controlar a mesma, a Alupar detém 42,67% de participação e a AF detém 0,04% de participação.

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Eólica do Agreste Potiguar II, no montante de R\$94.972. Esse aumento foi realizado da seguinte forma: a Alupar e a AF integralizaram os montantes de R\$34.937 e R\$35, respectivamente, mediante a conversão dos valores de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$60.000 serão integralizados em moeda corrente até 31 de dezembro de 2022 pela Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Foz"). Com esse aumento de capital, a Foz passou a deter 63,18% de participação do capital social da EAP II e a controlar a mesma, a Alupar detém 36,79% de participação e a AF detém 0,03% de participação.

- Aquisição de participação da TPE
No dia 14 de fevereiro de 2022 a Companhia exerceu o seu direito para a aquisição de 30% das ações subscritas e integralizadas pelo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Perfin"), na controlada Transmissora Paraíso de Energia S.A. ("TPE"), desta forma, a Companhia aumentou sua participação dos atuais 51,00% para 65,70%.

O montante pago por esta transação foi de R\$26.349, equivalente a 30.657.307 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a 30% do capital integralizado pelo Perfin, corrigido pro rata die pela taxa de inflação medida pelo IPCA, acrescido de juros de 7,3% a.a., computado desde a data de integralização de cada ação, até a data do efetivo pagamento do preço da Opção de Compra, deduzidos os valores de dividendos recebidos por cada ação, objeto da Opção de Compra, entre a data de integralização e a data do exercício da Opção de Compra, devidamente atualizados conforme acima, desde a data do pagamento do dividendo até a data de transferência das ações, conforme Acordo de Acionista firmado em 11 de novembro de 2016. O valor patrimonial adquirido foi de R\$131.196, e o valor pago a menor sobre o valor patrimonial foi de R\$104.847, será reconhecido em reservas de capital aumentando o patrimônio líquido, dado que a Companhia já detinha o controle da TPE.

- Início de recebimento da RAP da transmissora ESTE

A controlada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE"), da qual possuímos indiretamente 50,02% do capital social total, obteve em 18 de fevereiro de 2022, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, o Termo de Liberação de Receita – TLR, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 09 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Com esta liberação do ONS, será adicionada uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$123.600 para o ciclo 2021_2022. O empreendimento está localizado nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e consiste na implantação da linha de transmissão de 500 kV Mesquita - João Neiva 2, com 236 km de extensão e a subestação João Neiva 2, 500/345 kV.

O investimento das instalações a ser unitizado será de aproximadamente R\$495.400 (relação RAP/CAPEX: 25%). Adicionalmente, o montante de R\$107.900, referente as despesas financeiras líquidas durante o período de construção, foi capitalizado, totalizando, assim, o investimento total do projeto a ser unitizado de R\$603.300.